UNIVERSIDADE: DEMOCRATIZAÇÃO E QUALIDADE DO TRABALHO ACADÊMICO*

*Maria de Lourdes de A. Fávero***

Vive-se, hoje, no Brasil, como em outros países da América Latina, uma situação crítica. Tudo parece indicar que a crise econômica, social, política e cultural em que se encontra o país está a exigir redefinições radicais para toda a sociedade. Contudo, o agravamento dos problemas têm guiado o conflito a novos âmbitos. As discussões sobre a crise levam inevitavelmente a um questionamento sobre o sistema universitário no país, em torno da concepção de universidade, suas finalidades, qualidade do trabalho acadêmico e formas de funcionamento. São também questionadas as estruturas acadêmicas e modalidades de gestão.

Mas, não podemos perder de vista que muitos dos sintomas da crise da universidade estão ligados à própria história dessa instituição na sociedade brasileira. Basta lembrar que ela foi criada não para atender às necessidades fundamentais da realidade da qual é parte, mas pensada e aceita como um bem cultural oferecido a minorias. Essa situação persiste até hoje, principalmente se atentarmos para dois fatos: de um lado, dos que ingressam no 1º grau, somente 4% em

* Comunicação apresentada no 1º Seminário UNIVERSIDADE PARA OS TRABALHADORES - Curso Pré-Vestibular, ASUFRJ, 25, 26 e 27 de outubro de 1988. Rio de Janeiro, UFRJ.

** Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

média no país e 1% nas regiões menos desenvolvidas chegam a frequentar o curso superior (Belloni, 1986). De outro, a universidade, pelo que faz ou deixa de fazer está, declaradamente, ou não, contribuindo para a afirmação de interesses de uma minoria privilegiada. Assim, quando produz a ilusão do saber acadêmico, ela não só prepara especialistas e assessores com uma formação deficiente, mas também contribui para a perpetuação dos interesses vigentes e/ou de grupos que a rigor não precisam da universidade para formar os seus quadros.

Não resta dúvida que os interessados em resgatar ou rever o papel da universidade no país têm diante de si um desafio: na luta pela melhoria quantitativa e qualitativa do ensino superior, o essencial é a universidade pensar a reconstrução social.

Isto posto, é necessário conhecer quais são os pontos que estão provocando a crise da universidade e dificultando sua participação na construção de um projeto democrático para a sociedade brasileira.

Em primeiro lugar, chamo a atenção para o crescimento desordenado e até estimulado de universidades e, sobretudo, de escolas isoladas, aliado ao acelerado processo de privatização do ensino superior no País. Basta observar que se, em 1962, o ensino superior público era responsável por cerca de 59% das matrículas, em 1984 esta participação caiu para 25%.¹ A progressiva privatização do ensino superior acarreta conseqüências extremamente graves. Uma delas é o sensível rebaixamento da qualidade do ensino. Em relação a

esse ponto, é suficiente lembrar que a rede particular, onde se concentra a maior parte do alunado, responde apenas por 2% das pesquisas realizadas na universidade no País. É também no interior da rede particular que predominam as faculdades isoladas, responsáveis por 69% das matrículas no ensino superior.² Com raras exceções, nessas faculdades, os professores são contratados por hora/aula, não tendo qualquer estabilidade no emprego ou condições de trabalho. Face a essa situação, pergunta-se o que exigir desses professores como profissionais do saber? Profissionais que devem conhecer e saber organizar os saberes de seu campo de especialização?

A par desses problemas, ocorre também a falta de estabilidade orçamentária nas instituições universitárias o que muito tem contribuído para não se assegurar o bom funcionamento de suas atividades acadêmicas e administrativas. Tais problemas agravam-se mais ainda com a falta de transparência e/ou de visibilidade de informações, não permitindo conhecimento da efetiva alocação de verbas entre os diferentes centros, unidades e programas numa mesma universidade.

Neste levantamento de problemas, não se pode deixar de citar o descompasso entre as pesquisas produzidas nas universidades e as exigências científicas, tecnológicas e culturais do País. Mas antes de nos preocuparmos em saber o que a universidade tem feito ou deixado de fazer, é pertinente perguntar: que tipo de ciência, de tecnologia e de cultura a universidade deve produzir? Que interesses deve ajudar a afimar? São conhecimentos e tecnologias de diminuição de desgast

te ou de reposição dos agentes humanos e materiais investidos na construção de uma sociedade mais democrática? Ou são conhecimentos e tecnologias apropriados à produção de um modo de pensar e de agir na sociedade adequado a fazer valer interesses negados pela maioria?

Devem ser destacadas também, a fragilidade e a descontinuidade dos programas de ensino e pesquisa, contribuindo para deficiências cada vez maiores da formação profissional dos alunos. Desvinculada e descomprometida com a realidade, a universidade em muitos momentos não se preocupa em produzir um saber que revele e transforme essa realidade. Produz um "saber", só que ele é ilusório, frágil. Saber que não sabe; saber fragmentado e desatualizado na perspectiva teórica e sem qualquer ligação com a realidade concreta. Os estudantes dessa universidade talvez consigam dizer que estudaram tais teorias, estudaram tais autores, ou melhor, leram sobre ... mas não sabem para que serve esse saber e muito menos o que a produção desse saber tem a ver com a afirmação/negação de interesses e necessidades fundamentais da sociedade.

Paralelamente, e até certo ponto como decorrência dessa situação, os currículos são defasados, fragmentados e pouco flexíveis, o que de certo modo dificulta um maior entrosamento interdisciplinar e contribui para uma deteriorização da qualidade do trabalho acadêmico. Para se garantir a boa qualidade do ensino nas instituições universitárias, além de salários dignos, é fundamental recuperar as reais condi

ções de trabalho, inclusive em termos de instalações, bibliotecas, laboratórios, etc. Concretamente, é necessário que haja, além de um salário básico que possibilite ao docente efetiva dedicação às atividades acadêmicas, verbas orçamentárias suficientes para a instalação e manutenção física da estrutura universitária; verbas orçamentárias suficientes para o desenvolvimento e manutenção das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

É oportuno lembrar, também, que a universidade está em crise por ter uma estrutura de poder centralizadora e conservadora; pela falta de competência profissional de muitos dos que nela trabalham e pelo seu descompromisso em fazer valer interesses mais fundamentais da sociedade. Está em crise pela postura imobilista dos dirigentes universitários e, muitas vezes, por sua incapacidade de se fazer representar com firmeza junto à sociedade civil e ao Estado. Está em crise, ainda, pelos traços de corporativismo presentes em todos os níveis e segmentos universitários, o que não raro só tem contribuído para o prejuízo da qualidade acadêmica e do compromisso social da universidade.³ O mesmo se aplica à ausência de participação mais efetiva por parte da comunidade acadêmica nas decisões e no desenvolvimento da instituição.

Face a esse quadro, voltamos a perguntar: o que fazer para que a universidade recupere sua credibilidade social, como um lugar de produção de conhecimento?

Não há respostas prontas, nem soluções mágicas. Outra saída não ocorre senão o enfrentamento, como sugere Odu

waldo Vianna Filho: "Olhar nos olhos da tragédia é fazer com que ela seja dominada".⁴

Recuperar a credibilidade da universidade é tarefa difícil e exige tempo. Exige que se penetre na instituição e se examine concretamente quais são as saídas em face das dificuldades e dos problemas existentes. Exige que se questione de forma conseqüente, e não apenas em termos de discurso, sua função na produção e disseminação do conhecimento e sua competência para formar profissionais, procurando-se alternativas, estabelecendo-se prioridades numa política de ensino, pesquisa e extensão voltadas para a realidade nacional e regional.

Não se pode perder de vista que a recuperação dessa credibilidade social está condicionada, de um lado, a essa imediata retomada da universidade para se pensar a si mesma e, de outro, à presença do Estado assumindo o seu papel na reformulação do projeto universitário. Sabe-se que as políticas governamentais têm encarado a universidade brasileira como uma simples escola de 3º grau, destinada a conceder diplomas de pós-secundário, sem preocupação com a qualidade, e mais, sem compromisso com o desenvolvimento cultural, científico e tecnológico do País; sem se preocupar também em apresentar saídas para os problemas que afetam a maioria da população brasileira. Recuperar a credibilidade da universidade vai exigir a tomada de consciência, por parte do Governo e da sociedade, quanto à importância e à necessidade de recursos para uma planejada renovação de pessoal e reapare

lhamento material dessas instituições. Exigirá, também, a implantação de medidas que devem ser debatidas e definidas pela comunidade universitária, pela sociedade civil e pelas entidades e instituições governamentais.

A fim de garantir que os recursos disponíveis sejam aplicados para a melhoria da qualidade do ensino público superior, e sirvam de apoio a estratégias para superar esse estado de coisas, a universidade deverá desenvolver um processo de avaliação permanente cujo objetivo seja obter um conhecimento mais abrangente e profundo da própria instituição, e formular subsídios para a tomada de decisões em relação às múltiplas funções e aos meios para melhor concretizá-las.

Isto posto, faz-se necessária a convicção de que os problemas da universidade não serão resolvidos apenas com técnicas administrativas mais eficientes ou com mecanismos de controle mais modernos. Não se pode desconhecer que a universidade é constituída por diferentes segmentos, por pessoas com interesses e concepções distintas a respeito da própria instituição, e que a implantação de determinadas medidas deve ser precedida de debates e estudos desenvolvidos com a participação desses diferentes segmentos. Isso leva a outra questão: a do poder e democratização da universidade.

Em relação ao poder, levantarei algumas questões que poderão ser úteis para melhor se captar como esse problema está sendo colocado na universidade, com vistas à sua democratização. Parto do pressuposto de que o poder não existe

como algo unitário em determinado lugar ou emanado de um determinado ponto, como um objeto que se tem ou que se deixa de ter. Funciona como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa. É algo que se exerce, que se efetiva, que funciona. Não é um objeto, mas um conjunto, um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos hierarquizado, mais ou menos coordenado.⁵

Nessa linha, entendo que o problema mais importante e que mais nos atinge, enquanto membros de uma instituição universitária, não é tanto construir uma teoria sobre o poder, mas muito mais analisar como se processam essas relações no que se refere à universidade e dentro da universidade.

A questão do poder na universidade apresenta-se ligada às questões de autonomia e da democratização interna da instituição. Para que a universidade usufrua de autonomia, faz-se necessário que ela se sinta livre de controles burocráticos externos e que seja capaz de empreender reformas necessárias, a partir de critérios assumidos e estabelecidos no interior da própria instituição.

É evidente que nas considerações precedentes minha postura é de defesa da autonomia universitária e de sua responsabilidade moral e intelectual. Mas não posso assumir uma atitude de otimismo. E também não me incorporo à posição daqueles que a negam pelo fato dessa instituição depender de verbas governamentais para a sua manutenção. *"Na realidade, se a universidade pública não produz os recursos financeiros*

de que vive, também não os produz o governo, que apenas os arrecada do povo para a destinação prevista por lei. As parcelas orçamentárias destinadas à universidade pertencem à universidade, a cuja disposição devem ser colocadas oportunamente, sem nenhum favor".⁶

O importante e fundamental é que a universidade tenha o respeito dos governantes pelo exercício responsável de sua autonomia. Condição essencial para isso é que seus dirigentes, por sua independência, tenham força moral e competência para representar a universidade autônoma.

Por outro lado, a autonomia está relacionada com a democratização interna da universidade. Isso coloca outras questões: qual o objetivo real dos que detêm o poder na universidade? Seria manter a instituição universitária não como uma comunidade constituída por diferentes segmentos, mas como um principado de senhores e servos? A universidade, como uma instituição cultural, um lugar de saber e de produção de conhecimento dentro da sociedade, deveria exigir das pessoas uma prática de poder diferente. Múltiplas são suas funções, o que requer a presença de várias pessoas no seu governo, exigindo-se uma gestão democrática.

É preciso saber, então, de que forma esse governo tem sido exercido concretamente — o que é também uma questão complexa. Pela própria natureza da instituição, há diferentes grupos de "autoridades" e de "influências" reivindicando participação no processo decisório. As relações de poder na instituição universitária não podem assumir caráter meramen-

te administrativo ou acadêmico; definem-se sobretudo como uma questão política. E se o poder não está situado em um lugar exclusivo, mas se faz presente em todos os setores através de diferentes órgãos, instâncias e atividades, é importante saber através de que pessoas e mecanismos ele se exerce e quais são as instâncias de controle, de vigilância, de coerção. É preciso ter presente também que normalmente muitos decidem, mas nem sempre são explicados os seus níveis de competência ou de influência. Dessa forma, a questão *quem decide?* apresenta grande variedade de respostas, dependendo do tipo de instituição universitária e dos problemas específicos. Esta questão poderá ser desdobrada: *quem decide o quê?*; *sobre o que se decide?* As respostas a estas questões são complexas porque deverão especificar não somente quais são as esferas e níveis de influência, mas também as áreas de responsabilidade (acadêmica, administrativa, financeira, etc.). Faz-se necessário ter presente, ainda, que o poder sempre se exerce em determinada direção e que nem sempre é possível ter-se claro quem o detém; na verdade, é mais fácil identificar quem não o possui.

Mas, o que se pretende quando se quer garantir o caráter democrático dos mecanismos internos de representação, participação e decisão? É um espaço cedido ou conquistado? Sabe-se que um espaço cedido é um engano, embora pareça um avanço. As respostas a essas questões são desafios e devem ser pensadas pelos diferentes setores e grupos existentes dentro de cada instituição, em situações concretas. Isso

nos leva a um terceiro ponto, objeto de nossa comunicação: a qualidade do trabalho acadêmico.

Entre as instituições de ensino superior, deve-se distinguir a universidade como centro de criação de conhecimento novo, de produção de ciência, de tecnologia e de cultura, cuja disseminação deve ser feita através do ensino e da extensão. Se a universidade é parte de uma realidade concreta, suas funções devem ser pensadas e trabalhadas levando-se em conta as exigências da sociedade, nascidas de suas próprias transformações num mundo em constantes mudanças e crises. Esta colocação traz à luz, de modo mais ou menos flagrante, o problema das relações entre universidade e sociedade. Percebe-se, também, que a universidade, como realidade histórico-sócio-cultural, deve ser, por sua própria natureza, o local de encontro de culturas diversas, de visões distintas de mundo. Os conflitos nela existentes deveriam situar-se no plano da busca de elementos novos e melhores para a instituição e não naquele dos interesses pessoais ou das atitudes de dominação e imposição. Torna-se evidente que essa forma de agir exigirá melhor conhecimento e maior compreensão dos problemas, bem como clareza e intencionalidade, tanto em relação à própria universidade, quanto em relação à sociedade. O que não se justifica é tornar a universidade um lugar de instrumentalização para a dominação de pessoas, de classes e de concepções políticas, quando então a universidade só poderá se constituir num lugar de fortalecimento das estruturas e de dinâmicas corporativistas ou classistas.

Tendo presente esses elementos, devemos lutar por uma concepção de universidade como instituição dedicada a possibilitar o avanço do saber e do saber-fazer; ela deve ser o espaço da invenção, da descoberta, da teoria, do novo processo; deve ser o lugar da pesquisa, buscando novos conhecimentos, sem a preocupação obrigatória com sua aplicação imediata; deve ser o lugar da inovação, onde se persegue a aplicação de tecnologias e de soluções; finalmente, deve ser o âmbito da socialização do saber, na medida em que divulga conhecimentos.

Essa concepção de universidade implica na estreita relação entre ensino, pesquisa e extensão nos mais variados campos. Eximi-la de tal papel é contribuir para a deterioração da qualidade do ensino superior no país.

Com raras exceções, a relação ensino-pesquisa não faz parte do projeto de muitas universidades. Se, por um lado, o conhecimento da realidade histórica em que foi criada e produzida uma instituição universitária oferece subsídios para que se entenda o porquê da não existência de um modelo único, tal conhecimento ressalta, por outro lado, que a preservação das individualidades institucionais não pode prescindir de critérios e de diretrizes do que seja uma instituição universitária, seu papel e suas funções. Aceita esta argumentação, é pertinente reconhecer na nova lei de Diretrizes e Bases da Educação a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, princípio definidor da universidade, o que só poderá ser exercido com a garantia de autonomia.

Há aspectos importantes para a compreensão dessa relação: a integração na universidade entre suas três funções não se faz no abstrato; é fruto de uma opção institucional e não apenas de indivíduos, podendo-se mesmo afirmar que a tarefa de realizar pesquisas cabe à universidade como decorrência de uma decisão política, competindo-lhe oferecer condições concretas de existência. A pesquisa deve ser uma opção institucional, e não apenas uma opção de docentes-pesquisadores.

Estou entre os que pensam e defendem que a finalidade primordial da universidade e de suas unidades é ou deveria ser a criação do conhecimento novo e a disseminação desse conhecimento, através do ensino e da extensão. Não desconheço, no entanto, que, com raras exceções, a vinculação ensino/pesquisa/extensão não faz parte do projeto de criação da maioria de nossas universidades. Aliás, era de se prever que a legislação não teria poder para modificar, por si só, uma realidade.

A diferenciação das instituições de ensino superior, tal como se apresenta, é um dado de natureza histórica e social que deve ser tomado como ponto de partida, e não como ponto de chegada. Reconhecer que historicamente essas instituições tiveram projetos diferentes, propostas de criação e formas de existir no contexto regional e nacional também diferentes, bem como formas de viabilização distintas, é tomar a diferenciação como um dado de realidade cuja importância não pode ser diminuída. Mas isso não deve ser usado como

argumento para justificar, reforçar ou legitimar os desníveis e a ausência de qualidade no desempenho acadêmico de muitas dessas instituições. Nesse sentido, se o conhecimento da realidade histórica em que foi criada e produzida uma instituição universitária, por um lado, oferece subsídios para que se entenda o porquê da não-existência de um modelo único de universidade, ressalta, por outro, que a preservação das individualidades institucionais não pode prescindir de critérios do que seja uma instituição universitária, suas finalidades e suas funções. Tais critérios deverão, então, apoiar-se numa exigência: a qualidade do trabalho acadêmico que se deve buscar nas universidades.

A discussão sobre a relação ensino/pesquisa/extensão não pode deixar de considerar outro aspecto, também de natureza histórica: a relação entre ciência e sociedade. Esta relação, entretanto, não se dá de forma linear e simplificada. A ciência é fator de desenvolvimento, mas isto não significa que a atividade científica tenha de estar estritamente vinculada às necessidades imediatas do sistema produtivo. Não é mesmo "*possível, definir, a priori, a natureza do relacionamento entre ciência e sociedade, a não ser de forma muito geral. O que é necessário é ter uma visão mais apropriada da atividade científica como atividade social e examinar, em cada caso, seu relacionamento com o contexto histórico em que se dá*".⁷

Mas, se a universidade não assumir a pesquisa enquanto projeto institucional, dificilmente ela assumirá que

uma de suas funções – e não apenas de algumas de suas unidades e institutos – é a produção de conhecimentos nas diversas áreas do saber. Não ignoro que as universidades atravessam uma crise profunda que atingiu, entre outros setores, todo o sistema de pesquisas, e que essa crise é motivada sobretudo pelos cortes orçamentários brutais, ou pelos atrasos na liberação dos recursos. Mas isso não lhes tira a responsabilidade de se repensar e de se organizar a fim de que possa promover e contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico de que o País necessita.

Lembro ainda: da mesma forma que a universidade deve voltar-se para a criação, a produção de conhecimentos, a busca de saber, necessita também pensar como disseminar de forma competente esses conhecimentos. Tem de assumir que a socialização do conhecimento, por ela produzido, é um dever de universidade democrática.

Essas reflexões e o objetivo deste Seminário nos levam a discutir outras questões: a da qualidade vs. quantidade, a da expansão nas e das instituições universitárias no país e o acesso ao ensino superior. Pergunto: como pensar estas questões sem se ter um projeto político pedagógico articulado eficazmente para a universidade? Sem se estabelecer criteriosamente o tipo de universidade que se quer e/ou aquele de que o país necessita? O tipo ou modelo de universidade deverá ser pensado dinamicamente, através de conexões concretas com as necessidades sociais, econômicas, políticas e culturais, as quais se constituem elas mesmas em variáveis do

modelo. Assim, a idéia de estabelecer um tipo de universidade deve ser uma decisão qualitativa e um ponto de partida no vo na política universitária. Por se tratar de uma mudança qualitativa, as tendências vegetativas que têm impulsionado o crescimento do ensino superior – não só no Brasil, mas na América Latina em geral – precisam ser repensadas e substituídas por um novo sistema baseado em diretrizes, subordinando-o desde já a um projeto de desenvolvimento do país. No meu entender, o problema da expansão das IES e das matrículas nos cursos superiores carece ser entendido como um processo pelo qual a qualidade se transforma em quantidade e vice-versa.

No entanto, isso mexe com uma coisa mais funda, porque o Governo no país – ontem, como hoje – não formula e não tem interesse em formular uma proposta clara de educação superior na sociedade de classes. Ou ainda, evita-se ou não se tem possibilidade de pensar um projeto político-pedagógico integrador de escola trabalho, porque tal integração, produzida de forma realmente crítica, viria a facilitar o questionamento e a própria transformação da sociedade de classes e do regime político instituído.

O pseudo-projeto político de democratização da sociedade brasileira, enquanto articulado pelos interesses privatistas e pelo Governo, produz suas marcas no ensino superior e em suas instituições, contribuindo para o surgimento de novos tipos de IES e de "especializações profissionais" incompatíveis, às vezes, com um efetivo projeto político de-

mocrático para o país. Em decorrência, a questão de igualdade de oportunidades de acesso ao ensino superior, não passa de um engodo. Mesmo que a Constituição afirme "ser a educação direito de todos e dever do estado" e que, em decorrência, os estudos superiores devam ser assegurados em condições de igualdade, em função do mérito.

Face a essa situação, com Florestan Fernandes, diremos: "se quisermos construir a Universidade (...) não devemos partir de ideais ou de modelos que já foram superados no âmbito da civilização moderna. Teremos de partir das exigências que a ciência e a tecnologia científica, bem como os direitos fundamentais do homem, fazem a essa civilização, das possibilidades que temos de atender construtivamente a essas exigências". E mais, acrescenta o autor: "os que defendem a posição do ensino não podem cruzar os braços. Não se irá procurar no exercício de um privilégio dissimulado o fundamento para a democratização do ensino (...)".⁸ Pois, "sob o regime de classes que se originou com o capitalismo, a distribuição das oportunidades educacionais, especialmente ao nível do superior é condicionada pela situação econômica, social e política das famílias dos estudantes". Essa situação se agrava ainda mais, "quando o Estado - o caso brasileiro é um exemplo - deixa de ser uma agência controladora por interesses e desígnios particulares e descobre ser impossível democratizar a educação, ou acelerar o desenvolvimento da pesquisa científica na universidade sem introduzir mudanças profundas na própria estrutura societária de distribuição de

renda, do prestígio social e do poder".⁹

Finalizando, chamo a atenção para um problema tão sério quanto os assinalados anteriormente: é ilusão pensar que será resolvido o problema do acesso ao ensino superior apenas alterando-se o tipo de vestibular. *"A seletividade do ensino superior é uma política por inteiro. Não é apenas o episódio do vestibular, a boa seleção dos talentos - mas sobretudo o que fazer dos talentos escolhidos"*.¹⁰ Não tem sentido ou tem um sentido perverso selecionar os melhores talentos das classes trabalhadoras para frustrá-los. Frustrá-los com um ensino medíocre, do faz-de-conta, frustrá-los com um ensino que não só não os incorpora, como não desenvolve as capacidades desses jovens, mas as debilita ou rejeita. Logo, à universidade, sobretudo uma universidade pública, cabe não só oferecer oportunidade ao aluno-trabalhador de se revelar, mas também a oportunidade de se realizar. Encerrando direi: uma universidade pública deixa de cumprir o seu papel quando limita estreitamente os ingressos, simulando escolher desde os primeiros passos o seu corpo discente: ela deixa também de cumprir o seu papel, quando admite maciçamente o acesso de todos, para depois selecionar os jovens de intelectualidade mais refinada, desinteressando-se de todos os demais.

RESUMO

O artigo pretende discutir duas questões pertinentes à universidade: sua democratização e a qualidade do trabalho acadêmico. Da resposta a estas depende uma universidade realmente engajada com o processo de reconstrução social vivamente reclamado pela sociedade civil.

Apontam-se alguns pontos provocadores da crise universitária, im pedindo a prestação de um serviço de qualidade e democrático, quais sejam: crescimento desordenado/desarticulado; estrutura de poder centralizadora/conservadora; progressiva privatização; baixa produção em termos de pesquisas e desvinculação destas das exigências científico-tecnológicas e culturais do País; falta de estabilidade orçamentária e de pessoal (funcionários e docentes); fragilidade/descontinuidade de programa de ensino/pesquisa; currículos defasados e pouco flexíveis/integrados; infra-estrutura material deficiente.

Sugere-se que a universidade pública, recuperada em sua credibilidade social, enfrente seus problemas: avalie-os e estabeleça prioridades em termos de ensino, pesquisa e extensão vinculados.

ABSTRACT

This paper discusses two questions related to the university: its democratization and the quality of the academic work. The answer to these questions is the key to a university really engaged in the process of civil reconstruction strikingly claimed by the civil society.

It outlines some promoting points of the university crisis which hinder the presentation of a qualified and democratic service, such as disordered/disconnected growth; centralized/conservative power structure; progressive privatization; low production concerning research and the disentanglement of this research from the scientific-technologic and cultural requirements of the country; lack budget stability and personnel stability (teachers and administrative workers) weakness/discontinuity of teaching programmes/research; out-of-date and little flexible/integrated curricula; deficient material infra-structure.

It suggests that the public university, recovered in its social credibility, face its problems: evaluate them and priorities in terms of integrated teaching, research and extension.

NOTAS

1. ANDES. *Comparação das propostas de reestruturação da uni-
versidade apresentadas pelas ADs/ANDES e pela Comissão de
Alto Nível*. 1986, p.1.
2. UNE. Comentários sobre o Relatório Final da Comissão Na-
cional do MEC para Reforma Universitária. *Circular nº 4
sobre a Reforma Universitária*, fev. 1986.
3. BUARQUE, Cristovam et alii. Documento apresentado à 43ª
Reunião Conselho de Reitores das Universidades Brasilei-
ras. Salvador, 31 set. 1986.
4. VIANNA FILHO, Oduvaldo. Os olhos da tragédia. *Visão*, 5
ago. 1974.
5. FOCALUT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro,
Graal, 1979, p.248.
6. OLIVEIRA, Hélio Lourenço de. Aspectos da vida universitá-
ria. *Ciência e Cultura*, 37(12):1958-60, dez. 1985.
7. SCHWARTZMAN, Simon. *Formação da comunidade científica no
Brasil*. São Paulo, Nacional; Rio de Janeiro, FINEP, 1979,
p.12.
8. FERNANDES, Florestan. *Universidade Brasileira: reforma ou
revolução*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975, p.72 e 135.
9. _____. *id.*, p.146.
10. TRIGUEIRO MENDES, Durmeval. *Qualidade e quantidade em edu-
cação*. Rio de Janeiro, IESAE, 1973, mimeo.